

UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO E CRÍTICO DA ESCRITA
AUTOBIOGRÁFICA NO BRASIL –
PARTE I: MOMENTOS DECISIVOS E FIGURAS DE DESTAQUE

Dr. DANIEL DA SILVA MOREIRA
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil
(moreiradsm@gmail.com)

RESUMO: Este texto tem por objetivo estabelecer um panorama histórico e crítico das escritas de si no Brasil, considerando, para tanto, aspectos desde suas primeiras manifestações até a primeira metade do século XX, momento em que seu estatuto sofre uma mudança profunda. Mais do que enumerar autores e obras, este artigo se propõe a refletir sobre alguns momentos fundamentais para esse gênero literário, guiado por uma questão central, a persistência do menosprezo e do preconceito em relação à escrita autobiográfica. Além de buscar compreender as origens de uma tal resistência, este texto também pretende expor como ela foi, pouco a pouco, vencida através da ação de algumas figuras relevantes nas letras brasileiras como Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro, Antonio Candido e Monteiro Lobato.

Palavras-chave: História da literatura brasileira. Escritas de si. Autobiografia. Memórias. Diários.

Artigo recebido em: 28 set. 2019.
Aceito em: 20 out. 2019.

A BRIEF HISTORICAL AND CRITICAL OVERVIEW OF THE
AUTOBIOGRAPHICAL WRITING IN BRAZIL –
PART ONE: TURNING POINTS AND LEADING FIGURES

ABSTRACT: This text aims to establish a historical and critical overview of autobiographical writing in Brazil, considering, for this purpose, aspects from its first expressions to the publications of the first half of the 20th century, when its statute changes completely. More than list authors and works, this article proposes a reflection on some turning points in the history of this literary genre, always guided by a major issue: the permanence of disregard and prejudice related to autobiographical writing. In addition to trying to understand the origins of such resistance, this text also intends to expose how it was gradually overcome through the action of some leading figures in Brazilian culture like Mário de Andrade, Edgard Cavalheiro, Antonio Candido, and Monteiro Lobato.

Keywords: History of Brazilian literature. Autobiographical writing. Autobiography. Memoirs. Diaries.

*Censuramos as pessoas de falarem de si mesmas. Este é, entretanto, o assunto de que elas tratam melhor.*¹

(Anatole France)

Repugnava aos melhores mestres brasileiros de bom-tom que um indivíduo elegante escrevesse de si próprio: da sua própria formação. Faziam-no franceses, ingleses e russos, é certo: os últimos indo ao extremo de recordar suas deformações. Mas eram estrangeiros.

(Gilberto Freyre)

1 No original: “On reproche aux gens de parler d’eux-mêmes. C’est pourtant le sujet qu’ils traitent le mieux”.

Escrever sobre a própria vida nunca foi tarefa fácil em qualquer parte do mundo. O texto autobiográfico é, por excelência, aquele que parece constranger, incomodar, ou, em outras palavras: “A autobiografia incomoda. Ela incomoda intelectualmente, esteticamente, afetivamente”² (LEJEUNE, 1998, p. 11, tradução minha). Philippe Lejeune, em “Un siècle de résistance à l’autobiographie” (LEJEUNE, 1998, p. 11-25), busca refazer o percurso do menosprezo pela escrita autobiográfica na França desde os últimos anos do século XIX, época que conheceu o aumento tanto do número de obras autobiográficas quanto da polêmica em torno dessa modalidade de escrita, até as últimas décadas do século XX, com a crescente aceitação das escritas de si pela crítica e o início de sua inclusão no cânone. O autor refaz este percurso na tentativa de compreender aquilo que chama de uma violenta voz de menosprezo em torno da autobiografia, buscando suas origens e principais motivações. Nesse sentido, meu texto começa por uma digressão que busca reconstituir a história do desprezo e do preconceito em relação às escritas de si partindo do exemplo francês. Num país como o Brasil, cuja formação intelectual sempre esteve totalmente voltada para a França como centro irradiador e legitimador de cultura, creio que não seja de espantar que, salvo todas as particularidades que destacarei em momento oportuno, o processo de desenvolvimento e recepção das escritas de si no Brasil tenha, em grande medida, se assemelhado ao que ocorreu no país europeu.

Ainda que reconheça que a capacidade de incomodar seja o que há de melhor na autobiografia, aquilo que faria o leitor encontrar um encanto sempre novo no gênero, Lejeune se espanta ao constatar que ideias tão semelhantes e desfavoráveis às escritas de si apareçam com tanta frequência, mesmo que separadas por mais de uma centena de anos. Afirmações como as de Maurice Mourier, de que a autobiografia seria “esteticamente inepta”³ ou de que traria consigo “um espesso ranço de realidade”⁴ (MOURIER citado em LEJEUNE, 1998, p. 11, tradução minha), ditas num colóquio universitário da década de 1990, passariam tranquilamente por terem sido escritas ainda em fins do século XIX, tamanha é a imutabilidade desse desdém.

E é para a origem da depreciação da escrita autobiográfica na França que se volta Lejeune em seu texto, para a “história de um menosprezo (que se metamorfoseou), história de um desconhecimento teórico (aparentemente em vias de extinção)”⁵ (LEJEUNE, 1998, p. 12, tradução minha). Segundo o autor, em 1969,

2 No original: “L’autobiographie gêne. Elle gêne intellectuellement, esthétiquement, affectivement”.

3 No original: “esthétiquement inepte”.

4 No original: “un épais remugle de réalité”.

5 No original: “histoire d’un mépris (qui s’est métamorphosé), histoire d’une méconnaissance théorique (apparemment en voie de disparaître)”.

quando começou a trabalhar com o gênero, era surpreendente o relativo vazio da literatura crítica na França sobre o assunto, pois, enquanto no país havia pouquíssima produção além dos escritos de Georges Gusdorf, em outros países europeus já existia uma bibliografia abundante. Uma situação bastante paradoxal no país dito “das Memórias”, justamente onde surgiu o texto fundador do gênero, tal como é conhecido hoje: as *Confissões*, de Jean-Jacques Rousseau. O autor chega à conclusão de que a explicação para este paradoxo muito provavelmente está no fato de que a tradição já existente de memórias aristocráticas e históricas prejudicou o reconhecimento de um gênero aparentemente vizinho. Além disso, até os dias de hoje um texto como as *Confissões* ainda incomoda um grande número de pessoas e é capaz de levar aos extremos as reações hostis ao gênero. Após vinte e cinco anos de dedicação ao estudo da escrita autobiográfica – contados até a data da publicação do artigo –, o autor constata que a opinião que muitos têm sobre seu trabalho ainda é a de que trataria de um gênero que não existe fora de suas próprias definições, a verdadeira ruína da literatura moderna, um vírus mortal que mata a arte e a criação e, sendo assim, pode-se constatar que a situação não mudou muito em cem anos.

Lejeune toma como ponto de partida para sua reflexão a polêmica que se formou em torno da publicação, entre 1883 e 1887, dos diários de Henri-Frédéric Amiel, de Marie Bashkirtseff e dos irmãos Goncourt. O debate atraiu a atenção de duas figuras de prestígio: de um lado Anatole France que, por ocasião do lançamento do diário dos Goncourt, redigiu um verdadeiro manifesto em favor das escritas de si, de outro Ferdinand Brunetière, que ao tratar dos diários dos Goncourt e de Bashkirtseff, escreve um violento ataque à publicação desses escritos que, para ele, eram escandalosos e ineptos. Ainda que ambos falem de diários e não nomeiem propriamente a escrita como autobiográfica, os dois autores ampliam seus comentários a todos os tipos de escritas de si e seus argumentos acabam por condensar todos aqueles encontrados nas polêmicas atuais sobre o gênero na França.

E é justamente por esta capacidade de expressar as opiniões do senso comum e de várias épocas sobre a escrita autobiográfica que Philippe Lejeune faz um verdadeiro esquema da resistência à autobiografia em Brunetière. Lejeune identifica no artigo do autor, intitulado “La littérature personnelle”, três principais tipos de resistência às escritas de si: A *resistência social*, visto que a autobiografia é tida como um gênero plebeu, feminino e infantil, ou seja, um gênero baixo, menor, em todos os seus aspectos, digno de ocupar os mesmos espaços inferiores em que as sociedades ocidentais sempre colocaram pobres, mulheres e crianças. Essa resistência demonstra, de certo modo, o temor de uma invasão, de uma revolução ou mesmo de uma democratização no “território sagrado da arte”. A *resistência ético-psicológica*, a autobiografia seria um vício, uma doença e, assim, haveria o medo de uma contaminação, da corrupção pelo contato com as escritas autobiográficas. Por fim,

haveria ainda uma *resistência estética*, pois a autobiografia seria um gênero fácil (em oposição à arte, que exigiria trabalho e elaboração) e um disparate (a arte pressuporia que se ultrapassasse o individual para atingir o geral). Lejeune resume o pensamento do autor dizendo que: “A exposição de Brunetière guarda dois aspectos: como *documento*, histórico ou psicológico, a autobiografia não tem nenhum valor (confissões de pessoas sobre elas mesmas, insinceridade, orgulho, banalidade, miopia); como *arte*, ela estraga tudo, ou quase”⁶ (LEJEUNE, 1998, p. 15, tradução minha). O único avanço de Brunetière, de acordo com Lejeune, é quando estabelece uma ligação entre o desenvolvimento da autobiografia e a mudança nas estruturas sociais: se antes o indivíduo tinha sua identidade garantida por uma sociedade hierarquizada e estável, esta passa, com as revoluções burguesas, a ser algo a se construir e conquistar. Brunetière, contudo, não extrai qualquer consequência positiva dessa análise, mas sim volta aos seus ataques e críticas.

Ao comparar o artigo de Brunetière com o de Anatole France, Lejeune salienta que, a despeito de toda a defesa do gênero que empreende este último, ao menos em um ponto ambos estão de acordo: a autobiografia não é arte. O argumento de France para fundamentar seu raciocínio é de que as obras de arte, como os poemas e romances, caducam quando a forma literária em que foram concebidas envelhece, ou seja, a arte verdadeira não é capaz de agradar para sempre. As memórias, ainda de acordo com France, não seriam obras de arte, pois não têm por referência a moda, mas sim o fato de que nelas se procura a verdade humana. Lejeune explica que esta discussão em torno da exclusão da autobiografia do campo da arte sempre foi uma constante na história do gênero.

Na França, será apenas nos anos de 1970 que a autobiografia seria integrada, por exemplo, ao cânone literário escolar, passando a figurar ao lado de outros gêneros já tradicionais nos manuais de literatura. Mas, pergunta-se Lejeune, por que isso levou tanto tempo? O que se passou nesse século que separa a época de Brunetière do final do século XX? Lejeune oferece duas possíveis respostas a este questionamento:

Em primeiro lugar, há que se considerar que, nesses cem anos, a própria autobiografia mudou. Práticas intermediárias entre ficção e autobiografia se desenvolveram. Após o conformismo do século XIX, o valor do ato autobiográfico reapareceu, enquanto emergia a reivindicação da autobiografia como *arte*. Os diários, publicados pelos próprios autores ainda vivos, caíram nas graças dos editores, sobretudo a partir da publicação dos diários de André Gide, em 1939. A esse movimento de autobiografização generalizada do campo literário correspondeu, para

6 No original: “La démonstration de Brunetière a deux aspects : comme *document*, historique ou psychologique, l’autobiobiographie ne vaut rien (aveuglement des gens sur eux-même, insincérité, orgueil, banalité, myopie) ; dans l’*art* elle gâte tout, ou presque”.

um grande número de escritores, uma resistência proporcional. Assim, ocorreu uma situação ambígua, dado que muitas vezes aconteceu de um determinado escritor “possuir” uma autobiografia sem “ser possuído” por ela, de onde adveio a abundância de estratégias indiretas, tentativas de subversão e invenção de formas novas de textos autobiográficos. Com Michel Leiris e Georges Perec, a autobiografia passou da retaguarda à vanguarda. Acrescente-se a isso a difusão progressiva do pensamento psicanalítico e o desenvolvimento da expressão autobiográfica no rádio, na TV e, posteriormente, na história oral. Houve também uma decisiva influência das transformações sociais ocorridas a partir do maio de 1968. Por fim, com bastante atraso, a autobiografia acabou por alcançar o discurso universitário.

A segunda resposta dada por Lejeune é de que, ao longo destes cem anos, apesar de tudo, um discurso crítico sobre a autobiografia foi sendo pouco a pouco construído. A autobiografia começou sendo vítima da biografia, os relatos e diários de escritores surgem, assim como suas correspondências, como pertencentes às suas vidas, vidas em que se buscam comumente a chave ou o segredo das obras. Esse estatuto de documento acaba por fazer com que tais textos autobiográficos sejam vistos como não-textos. Assim, ao se estudar a obra de um determinado escritor, busca-se em seus escritos autobiográficos a informação isenta, sem considerar que tais escritos fazem parte de um gênero e, portanto, que são parte de um todo mais amplo e construído obedecendo a regras comuns, esquecendo-se do caráter de “construto” desses discursos. Apenas pouquíssimas obras conseguiram se ver integradas ao cânone – como as *Confissões*, de Rousseau, e as *Memórias de além-túmulo*, de Chateaubriand –, mas ainda assim como exceções monstruosas, inclassificáveis e apresentadas em capítulos que falavam das obras de seus autores, jamais como modelos ou exemplares representativos de uma prática amplamente difundida. Aos textos autobiográficos de outros escritores restou permanecerem apenas como fontes documentais, cujo tratamento deveria ser no mais das vezes delicado – era preciso cuidado redobrado para lidar com escritos tão atípicos. Durante o período compreendido entre os anos de 1890 e 1940, que viu surgirem grandes obras de cunho predominantemente autobiográfico (como as de Gide, Leiris, Léataud, Colette, Céline, Malraux, etc), a crítica começará timidamente a construir uma reflexão sobre tais objetos, já antigos, com um século de atraso. Ela tomará consciência das inovações do século precedente em dois domínios: o romance pessoal e o relato de infância. Durante esses cinquenta anos, nenhum livro será publicado na França nem sobre a autobiografia nem sobre a prática do diário. Isso, contudo, não equivale a dizer que nada se escreveu sobre a autobiografia em todos esses anos; isso foi feito, mas no campo do debate da atualidade, da crítica de recepção, ou da reflexão engajada dos próprios escritores autobiógrafos. Tais discussões não foram capazes, porém, de penetrar numa universidade que realmente estivesse envolvida

com a cultura contemporânea, até porque, até o início dos anos de 1960, na França, era praticamente proibido pesquisar um escritor que estivesse vivo. Se mesmo as autobiografias de escritores não constituíam um gênero digno de estudo, com as de não escritores a atitude era ainda mais severa. Memórias e testemunhos não tinham outra razão de ser do que como “fontes” da história, e ainda assim discutíveis na opinião de alguns historiadores. Essas autobiografias e diários de pessoas comuns deveriam fatalmente passar despercebidas, simplesmente porque não foram publicadas, ou então foram, mas numa situação obscura. A ideia da autobiografia como uma prática cultural ampla, ideia que começa (mas não sem dificuldade) a impor-se atualmente na França, era então impossível.

É apenas após a Segunda Guerra Mundial, continua Lejeune (1998), que uma reflexão teórica sobre a autobiografia surge na França. Existencialismo e estruturalismo, aparentemente tão contrários, se favoreceram sucessivamente. O existencialismo sartreano é uma filosofia do indivíduo e do projeto, que tem uma relação particular de cumplicidade com a empreitada autobiográfica, e foi nesta atmosfera intelectual que se desenvolveram pesquisas sobre autobiografias. Contudo, as primeiras descrições do conjunto do gênero vêm do campo das ciências humanas, com destaque para o trabalho pioneiro de Georges Gusdorf, um filósofo, sobre a história da autobiografia e sua problemática, e dos trabalhos de Michèle Leleu e de Alain Girard, uma psicóloga e um sociólogo, sobre a prática dos diários. Apenas em 1976 saiu na França o primeiro livro sobre o diário escrito por um especialista em literatura, quando a prática já entrava em seu bicentenário. E só em 1980 se constituiu a primeira equipe de pesquisa literária sobre os relatos de vida, dentro do centro de Semiótica Textual da Universidade de Paris X (Nanterre). Sua oposição à autobiografia era categórica: morte do autor, questionamento do sujeito. Os pressupostos da autobiografia (referencialidade do texto, possibilidade de introspecção, autonomia do sujeito) não eram mais artigos dignos de confiança, mas sim oportunidades de analisar efeitos ilusórios. No fim da década de 1980 a influência estruturalista acabou por enfraquecer, não sem ter avançado bastante, mas diferentemente da oposição moral e estética de um Brunetière, a oposição do estruturalismo teve, ao menos, segundo Lejeune, um lado construtivo: graças a Émile Benveniste, Gérard Genette e outros, tornou-se possível falar da autobiografia como de um texto, analisar suas regras e alcançar suas funções. Os novos saberes psicanalíticos e sociológicos, mesmo se colocam à mostra o lado ilusório das mitologias pessoais, permitem compreender a necessidade dessas ilusões, e as vias que elas tomam. Nas palavras de Lejeune: “Não é mais proibido ver neste prodigioso trabalho que cada um faz para construir sua identidade uma forma de arte”⁷

7 No original: “Il n’est plus interdit de voir dans ce prodigieux travail que chacun fait pour construire son identité une forme d’art”.

(LEJEUNE, 1998, p. 23, tradução minha). Assim, a universidade dos anos de 1970 pôde reencontrar o Leiris dos anos de 1940. Na década de 1980, com o trabalho do filósofo Paul Ricœur, os estudos sobre a autobiografia receberam um novo impulso, e com o conceito de “identidade narrativa” tornou-se possível ultrapassar a antinomia verdade/ficção.

Philippe Lejeune termina seu levantamento da história da autobiografia na França dizendo que espera ao menos que se tenha deixado para trás a rejeição moralista de Brunetière e a adesão espontânea de Anatole France, e que se tenha começado a compreender a autobiografia. Se isso será de fato realizado, ele diz, só um novo levantamento depois de mais cem anos será capaz de revelar.

ENTRE DESELEGÂNCIA E MENOSPREZO: A AUTOBIOGRAFIA NO BRASIL ATÉ O FINAL DO SÉCULO XIX

A relevância de se ter retomado, no presente momento, o apanhado feito por Lejeune sobre a resistência à autobiografia na França, como disse, está no fato de que no Brasil as reações à escrita autobiográfica vão ser semelhantes. Sendo assim, os preconceitos serão praticamente os mesmos e a investigação feita por Lejeune ajudará a compreender porque a escrita autobiográfica no país foi sempre executada de modo tão vacilante, tão parcamente lida e tão modestamente abordada pela crítica.

No Brasil, até meados do século XX, a escrita de obras autobiográficas parece ter sido uma prática indesejável e desconcertante, mas que com o tempo passou gradativamente, ainda que tenha permanecido certa desconfiança quanto ao gênero, a ser executada e mesmo vista como necessária. Da quase total impossibilidade de se registrar a própria trajetória até os dias de hoje, que se poderia muito bem chamar de “tempos de autobiografia”, a história das escritas de si no país passa por caminhos tortuosos e é de difícil reconstituição. Vistas com preconceito, inclusive por seus autores, ignoradas ou incompreendidas no mais das vezes pela crítica, menosprezadas por uma considerável parcela do público leitor, as autobiografias produzidas por autores brasileiros carecem de uma leitura que considere cada obra não apenas como um fenômeno isolado ou como uma mera curiosidade bibliográfica, mas como parte de um crescente processo de produção de escritas autobiográficas.

É assim que se faz quase imprescindível reconstituir os caminhos desta modalidade de escrita em território brasileiro, realizando um levantamento de seus antecedentes, principais expoentes e recepção da crítica e da sociedade. Refazer esse trajeto, ainda que superficialmente, permite, por um lado, que se comece a compreender as origens do constante pudor e rejeição pela escrita em primeira pessoa entre nós, por outro, dá uma visão privilegiada e mais lógica de como se passou

gradativamente da quase impossibilidade de se escrever uma autobiografia à quase obrigatoriedade de fazê-lo, sobretudo quando está em questão a memória de uma figura intelectual.

Muito embora a escrita autobiográfica no país não se restrinja unicamente a essa modalidade, ou a esses produtores, há que se esclarecer que no panorama que passo a delinear optei por fazer um recorte: considero para minhas reflexões principalmente as autobiografias, diários, memórias e testemunhos de intelectuais, sobretudo de escritores⁸. Esta seleção tem algumas razões de ser: Em primeiro lugar porque a maior parte dos escritos autobiográficos editados no Brasil é de intelectuais já conhecidos e aclamados. Afinal, numa sociedade que rejeita as escritas de si, a única justificativa plausível para que uma figura se exponha é que haja uma demanda social pelos relatos da sua vida, que ela seja tida como exemplar ou ainda que a contribuição de sua obra àquela cultura já seja considerada significativa. É raro que, num meio apreensivo quanto aos escritos em primeira pessoa, as autobiografias e os diários sejam as primeiras, ou as únicas, obras de uma pessoa. No Brasil, com raras exceções, será apenas bem mais tarde, já na última década do século XX, com o advento dos textos autobiográficos de figuras da mídia – muitas vezes escritos por *ghost writers* –, que se vai ter estreantes com autobiografias. Assim, pelo menos no caso brasileiro, os escritos autobiográficos de intelectuais serão em um número maior se considerado o conjunto, o que implica em que desconsiderar as obras de não-intelectuais é, na verdade, desconsiderar uma quantidade ínfima de textos. Há que se considerar também que as autobiografias de figuras de reconhecimento público, sejam elas de escritores, artistas plásticos, juristas ou políticos, acabam por ser obras que têm maior visibilidade e, portanto, foram lidas e comentadas através dos anos. Deste modo, servem muito mais adequadamente ao estudo das reações e preconceitos em relação à autobiografia.

No percurso que passo a traçar, partirei das primeiras autobiografias intelectuais publicadas no Brasil, *Como e porque sou romancista*, de José de Alencar, e *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, passando pelas obras de intelectuais modernistas – fundamentais à compreensão do *boom* autobiográfico no país –, para chegar às numerosas autobiografias de intelectuais contemporâneos.

É Beatriz Jaguaribe quem refaz, em seu ensaio “Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco” (JAGUARIBE, 1994, p. 109-141), o complexo painel da relação entre a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e início do

8 Cabe ressaltar também que trato apenas de obras publicadas de fato, pois um levantamento das autobiografias, diários e memórias escritos mas não publicados requer um trabalho muito mais extenso. Além disso, ao abordar obras não editadas, seria preciso lidar com um território incerto, de supostos manuscritos perdidos ou dispersos em arquivos nem sempre de fácil acesso.

século XX e a prática autobiográfica. Ao tratar da autobiografia de Joaquim Nabuco, a autora acaba por estender seu raciocínio a todo o passado cultural do Brasil, dando conta de estabelecer as razões de que, no momento da fundação de uma literatura, nossa sociedade tenha se furtado às narrativas autobiográficas.

A autora começa por lembrar, citando Gilberto Freyre, da função catártica que os confesionários exerceram nas mulheres brasileiras sob o regime patriarcal, o que forneceria uma hipótese para explicar a ausência de diários, anotações pessoais ou reflexões íntimas por parte das “sinhas” brasileiras. Comparadas às mulheres protestantes americanas, que pela própria religião não dispunham do recurso dos confesores, as brasileiras, em geral analfabetas, parecem carentes dessa palavra íntima e do alívio que muitas vezes ela proporciona. Para Beatriz Jaguaribe, a mesma situação não teria se passado com os homens, pois ao menos nos círculos mais fechados, da casa e das relações sociais, eles teriam a liberdade de escrever seus diários e o acesso à escrita, o que a autora exemplifica com a proliferação de “diários dos homens públicos brasileiros, diários de escritores como Lima Barreto, entre outros” (JAGUARIBE, 1994, p. 110)⁹. Contudo, quando o assunto em pauta era o “relato mais público do autoexame individual da escritura autobiográfica” (JAGUARIBE, 1994, p. 110), ainda que o território de atuação masculina, mais abrangente do que aquele consentido às mulheres, permitisse a elaboração desse tipo de escrita, a autobiografia era malvista pela sociedade. Assim, “a inibição feminina diante do relato íntimo correspondeu ao recuo masculino diante da publicação de um relato autobiográfico” (JAGUARIBE, 1994, p. 110).

A própria estrutura da sociedade brasileira, segundo Jaguaribe, era desfavorável à composição de escritos como a autobiografia, em que o sujeito é quem constrói sua própria imagem de modo deliberativo, imagem esta destinada ao escrutínio público. Ainda que a partir das revoluções burguesas ocorridas na Europa e do Romantismo – que teve uma profunda influência na formação da base cultural brasileira – tenha se consolidado no país um certo culto à individualidade e tenha havido mesmo representações artísticas traduzidas sob a forma de poemas e romances “confessionais”, estas eram ou expressões líricas ou ficções. Nada era

9 O exemplo dado por Beatriz Jaguaribe é um tanto quanto contraditório, pois ainda que muitos diários tenham sido escritos, a maioria, como o diário que ela cita, foi publicada só muito posteriormente e, portanto, num outro momento histórico-cultural. O diário de Lima Barreto só veio a público mais de 30 anos depois de sua morte, em 1956, quando suas obras começaram a ser editadas sob a organização de Francisco de Assis Barbosa (Cf. BOSI, 2004, p. 317). Seria mais plausível, desse modo, considerar que as restrições sociais às escritas íntimas se estenderam não só à autobiografia, mas sim a todas as modalidades capazes de perturbar a sobriedade e a discrição convenientes à sociedade brasileira do fim do século XIX e início do século XX. Lembre-se ainda que uma modalidade de diário bastante difundida no país desde o século XVI, os diários de viagem, eram normalmente escritos de estrangeiros, como os de Hans Staden, de Auguste de Saint-Hilaire ou de Mary Graham.

propriamente autobiográfico, todas essas produções se apoiavam num jogo velado, em que nunca se poderia identificar obra literária com representação da vida, até porque muitas vezes não se tratavam de textos que firmavam um pacto autobiográfico. Isso ocorre pois, de acordo com Beatriz Jaguaribe, no Brasil:

(...) o ideal burguês da individualidade literária poderia estar presente, mas a cultura letrada do século XIX e mesmo a modernidade brasileira da *Belle Époque* eram pautadas pela convivência das mediações sociais da família, relações e agremiações políticas. O brilho do êxito pessoal não deveria, de preferência, ser aclamado de boca própria, mas no seio dessa trama cultural, onde o indivíduo se mostrava digno de sua linhagem ou, em casos excepcionais, o inventor de uma nova ordenação. (JAGUARIBE, 1994, p. 112)

Não era de se esperar, portanto, que alguém levantasse sua voz para falar de sua própria trajetória, pois havia sempre o risco de se passar por narcisista, algo no mínimo indesejável no Brasil de então. Todavia, há que se pensar que mesmo numa sociedade tão coercitiva quanto às expressões de si, ainda poderia haver uma demanda, mesmo que não tão expressiva, por relatos de vidas e pela transmissão da memória, sobretudo das figuras públicas mais significativas e que poderiam servir de exemplo. Nesse caso, ainda segundo Beatriz Jaguaribe:

O decoroso, nas circunstâncias brasileiras de comedida sustentação do próprio individualismo enquanto fabricação da personalidade, seria esquivar-se da imagem de Narciso para construir ou uma máscara social notável ou feitos memoráveis o suficiente para que outros se responsabilizassem pela perpetuação da memória própria. (JAGUARIBE, 1994, p. 112)

O ensaio de Jaguaribe busca fundamento para suas considerações sobre as reações da sociedade brasileira à prática da autobiografia na introdução que Gilberto Freyre (2001, p. 09-23) escreveu para o *Minha formação*, de Joaquim Nabuco. De acordo com Freyre, neste trecho que, embora longo, vale cada linha de sua citação:

Para o Brasil da época em que apareceu, *Minha Formação* foi livro um tanto escandaloso, por ter sido, para muitos, cheio de louvor em boca própria. Não faltou quem acusasse o autor de deselegante narciso. Nem quem estranhasse em fidalgo tão autêntico o que a vários dos seus críticos pareceu mau gosto: o mau gosto de escrever um homem da responsabilidade de Joaquim Nabuco todo um livro acerca de si mesmo; e de escrevê-lo com mais complacência do que rigor crítico, acerca daquela metade, menos da sua pessoa do que da sua vida, mas capaz de suggestionar a seu favor a elite e o público mais

culto do seu País. Não se compreendia então, sem-cerimônia dessa espécie. Era contra as melhores convenções que regulavam o comportamento quer de homens públicos, quer de escritores ilustres. Repugnava aos melhores mestres brasileiros de bom-tom que um indivíduo elegante escrevesse de si próprio: da sua própria formação. Faziam-no franceses, ingleses e russos, é certo: os últimos indo ao extremo de recordar suas deformações. Mas eram estrangeiros. (FREYRE, 2001, p. 09-10)

A reação ao livro de Joaquim Nabuco dá uma ideia bastante precisa do tipo de atitude que então norteava a recepção de uma autobiografia no país. É Freyre que salienta, no mesmo texto, que até o fim do Segundo Reinado o ambiente intelectual brasileiro em nada era propício à escrita autobiográfica e que esta, mesmo depois do advento da República, continuou pouco exercida e associada sempre ao narcisismo e a um tipo de escrita inferior, que deveria ser evitado a qualquer custo. Este pudor em ver o outro se revelar ou de revelar a si próprio, como falarei mais adiante, parece estar de tal modo interiorizado em nossa sociedade que, mesmo quando o cenário nacional começa a se abrir para as escritas de si, muitos vão fazer questão de se render a elas como se estivessem aceitando um mal necessário.

Mas a autobiografia de Nabuco, publicada em 1900, não foi a primeira do gênero no país, antes disso, em 1873, José de Alencar já escrevera *Como e porque sou romancista*. O livro, contudo, foi editado apenas em 1893, portanto já na República, o que só vem a confirmar o que disse Gilberto Freyre sobre a autobiografia no Brasil. O texto de Alencar também vai inaugurar uma outra prática, a da utilização de subterfúgios para justificar o texto autobiográfico. O autor escreve sua obra à feição de uma carta, como se estivesse respondendo a uma consulta de um certo *Dicionário Bibliográfico*, fornecendo, assim, sua contribuição para a escrita de “nossa ainda infante literatura” (ALENCAR, 2005, p. 12). Alencar faz questão de salientar que a presente “missiva” não passa de um rascunho do primeiro capítulo de uma grande obra em que ele trataria detalhadamente de seus livros. Há que se notar também o âmbito exclusivamente literário a que se estende a autobiografia de Alencar, não há nada de pessoal em seu texto que esteja ali colocado senão para justificar sua obra, em suas próprias palavras: “(...) há na existência dos escritores fatos comuns, do viver quotidiano, que todavia exercem uma influência notável em seu futuro e imprimem em suas obras o cunho individual” (ALENCAR, 2005, p. 12) e, nesse sentido, o livro de José de Alencar não se trata, pois, de “confissões”.

O caso de *Como e porque sou romancista*, publicado somente muitos anos após sua escrita e mesmo após a morte de seu autor, é bastante parecido com o da obra memorialística de outro autor, o Visconde de Taunay. Mais conhecido por *A retirada da Laguna* e por *Inocência*, ambos publicados em 1872, Alfredo D’Escragnolle Taunay também se lançou à escrita de suas memórias e chegou a publicar alguns

trechos pela imprensa da época, por volta de 1892¹⁰. Contudo, não demonstrou a intenção de publicar o volume em vida, na verdade deixou ordens expressas determinando que “Estas *Memórias* só podem, só devem ser entregues à publicidade depois de 22 de fevereiro de 1943, isto é, completos cem anos da época do meu nascimento” (TAUNAY, 1948, p. 9). E, para garantir que tais disposições fossem cumpridas, deixou os manuscritos de suas memórias sob a guarda da Arca do Sigilo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que só deveria abri-los em 1943 e com a condição de que “consultado (...) fosse o descendente direto mais próximo do autor, a quem ficaria o direito de alargar o prazo marcado e o encargo de rever todo o manuscrito e as provas tipográficas” (TAUNAY, 1948, p. 9). O desejo do autor foi cumprido à risca e seria apenas em 1948 que as *Memórias* do Visconde de Taunay chegariam às livrarias. Se tanto zelo em proteger o escrito autobiográfico da publicação em vida de seu autor denota um extremado pudor pela escrita de si, a preocupação de não comprometer terceiros com suas declarações e mesmo uma situação política desfavorável, para Eliane Zagury evidenciaria antes de tudo “a segurança de que o seu depoimento pessoal teria validade, embora passado tanto tempo, e que o seu interlocutor ideal seria encontrado em outra circunstância, indivíduo que o compreenderia melhor que o seu contemporâneo” (ZAGURY, 1982, p. 22). Creio que o procedimento adotado por Taunay mostre bastante claramente o tipo de situação delicada em que se via envolvido aquele que tomasse a iniciativa de escrever e, sobretudo, de publicar todo um livro acerca de si mesmo; só o temor de ser tomado como um “deselegante narciso”, para usar ainda as palavras de Gilberto Freyre, seria capaz de impor tanto cuidado e tantas manobras editoriais.

O texto de que venho me servindo, o da introdução ao *Minha formação*, de Joaquim Nabuco, não é, contudo, algo novo dentro da obra de Freyre; na verdade ele é uma ressonância do prefácio de seu próprio livro, *Casa-Grande & Senzala*, de 1933. Em sua obra, Freyre reclama da falta de fontes historiográficas no Brasil que permitam “penetrar na intimidade mesma do passado; surpreendê-lo nas suas verdadeiras tendências, no seu à vontade caseiro, nas suas expressões mais sinceras” (FREYRE, 2003, p. 45), o que seria responsabilidade, como já foi dito anteriormente, da presença do confessor, que “absorveu os segredos pessoais e de família, estancando nos homens, e principalmente nas mulheres, essa vontade de se revelarem aos outros que nos países protestantes provê o estudioso de história íntima de tantos diários, confidências, cartas, memórias, autobiografias, romances autobiográficos” (FREYRE, 2003, p. 45). Se há realmente a carência, ou mesmo a inexistência de tais documentos em solo brasileiro, o autor sugere espaços alternativos de pesquisa, como as confissões e denúncias reunidas pela visita do

¹⁰ Estes trechos foram reunidos e publicados, por iniciativa de seus herdeiros, muitos anos após sua morte, no volume *Trechos de minha vida*, de 1921.

Santo Ofício ao Brasil, os escândalos e casos vergonhosos organizados pelos “recolhedores de fatos”, os livros de viagens, as cartas dos jesuítas, os “livros de assentos” e mesmo os livros e cadernos manuscritos de modinhas e receitas de bolos. Ainda que o texto de Freyre não “resolva” o problema – e nem é este seu objetivo –, pois não dota o país de uma tradição autobiográfica e apenas sugere fontes que não constituem exatamente um *corpus* para quem estude autobiografias, ao menos oferece mais instrumentos para entender o motivo de não se possuir uma tal tradição no país.

Outro que segue na esteira dos estudos iniciados por Gilberto Freyre, fornecendo bases para uma reconstituição da presença histórica dos escritos autobiográficos no Brasil, é Edson Nery da Fonseca que, tomando como referência o prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, também fala, em seu artigo “A autobiografia no Brasil”, de 1978, sobre a falta de diários, memórias e autobiografias no país. O texto de Fonseca tem dois pontos que o distinguem de quase tudo que há no Brasil sobre a história da autobiografia e que o torna de fundamental importância em meu trabalho. Em primeiro lugar, o artigo se distingue por apresentar o resultado de um esmerado trabalho de pesquisa bibliográfica, o autor produz uma relação de 548 escritos autobiográficos brasileiros, abrangendo um período de quase cem anos, desde as primeiras publicações, no fim do século XIX, até o ano de 1975, ano em que o artigo foi apresentado no III Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil¹¹. Essa listagem iniciada por Edson Nery da Fonseca é, como disse, algo inédito no Brasil e através dela pode-se observar um claro crescimento no número e na variedade de escritos autobiográficos com o passar dos anos, além de se poder ter a oportunidade de saber da existência de obras normalmente ignoradas e que, muitas vezes, não passaram da primeira edição. Em segundo lugar, está justamente a identificação que o autor faz do crescimento da publicação de autobiografias a partir dos anos de 1950. Mesmo não concordando totalmente com os motivos que são apontados pelo autor para explicar esse crescimento – o que discutirei mais detalhadamente quando, a seguir, tratar daquela década –, creio que não se deva perder de vista a constatação do autor de que “De 1950 a 1975 publicaram-se muito mais obras autobiográficas do que nos primeiros cinquenta anos do século” (FONSECA, 1978, p. 130), o que dá conta, e Fonseca é um dos poucos a percebê-lo, de identificar um verdadeiro movimento (chamado por ele de “surto”) de “autobiografização” da literatura brasileira, que iria se intensificar ainda mais com o passar dos anos.

11 Creio que a continuação desse trabalho, acrescentando mais algumas décadas férteis em autobiografias, diários e memórias no Brasil daria por si só uma pesquisa de valor inestimável não só para os interessados em escritos autobiográficos, mas para a literatura brasileira de um modo geral.

Voltando ao século XIX, recorro ainda a outro texto para continuar a delinear o panorama da sociedade brasileira na época “pré-autobiográfica” de nossa literatura. Em “O Fim das Casas-Grandes”, um dos capítulos da *História da vida privada no Brasil*, Evaldo Cabral de Mello toca, já no início de seu texto, na questão da escassez de escritos íntimos na sociedade brasileira colonial e imperial, escassez que se torna patente quando comparada ao grande número de escritos que é possível encontrar em países protestantes. O autor lembra a explicação dada por Gilberto Freyre para tal fato, para em seguida compará-la à explicação fornecida por Georges Gusdorf para a diferença na quantidade de escritos autobiográficos produzidos em países da Reforma e da Contrarreforma. Para Gusdorf, a princípio, em países predominantemente católicos, o exame de consciência seria dependente da confissão mediada pela autoridade sacerdotal, enquanto em lugares com maior presença do protestantismo ele não estaria sujeito a qualquer pessoa para mediá-lo. Contudo, como destaca muito adequadamente Mello, o próprio Gusdorf parece não estar convencido de que essa seja a única explicação para o fenômeno, pois faz questão de ressaltar que existe uma tradição autobiográfica no seio do catolicismo, lembrando os casos de Santo Agostinho e de Teresa d’Ávila e evocando ainda o catolicismo pós-tridentino que encorajou, a seu modo, o exame de consciência e produziu uma sutilíssima casuística. Sendo assim, a confissão oral poderia muito bem ter incentivado o gosto pela confissão escrita em países católicos. Se não o fez, é porque estavam ausentes duas condições essenciais:

A primeira, produto igualmente da Reforma ao exigir do crente o conhecimento direto das Santas Escrituras: um nível educacional mais elevado tanto entre os homens quanto entre as mulheres. A segunda, o aparecimento precoce de uma cultura da vida privada, em cuja invenção os países protestantes também se anteciparam aos católicos, mais apegados às formas de sociabilidade extra domésticas. (MELLO, 1997, p. 387)

Assim, além da confissão, também entrariam em cena a exigência de uma escolarização maior para os protestantes – que permitiria uma maior naturalidade ao lidar com registros de vida por escrito – e a preferência de formas de interação social mais amplas e que iam além dos limites do lar por parte dos católicos. A seguir, Evaldo Cabral de Mello passa a tratar, no contexto do Brasil imperial, de uma das formas de escrita íntima que foram praticadas no país: os “livros de assentos”. Tais escritos, já referidos por Gilberto Freyre no prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, são normalmente pequenos cadernos em que o chefe de família anotava os acontecimentos mais importantes da vida doméstica, como casamentos, nascimentos, batizados e mortes, um controle necessário num tempo em que os

registros públicos tinham uma estrutura precária e dependiam quase que exclusivamente da Igreja Católica. Além disso, também serviam para o controle das finanças e, em alguns casos raros, para registros mais subjetivos e íntimos, como o de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, que em seu “livro de assentos” registra também a linhagem de sua família. Finalmente, o autor passa a falar do objetivo central de seu artigo, o perfil biográfico de João Joaquim da Cunha Rego Barros, terceiro barão de Goiana (1797-1874), escrito por seu genro e sobrinho João Alfredo Correia de Oliveira, conselheiro, ministro, senador e presidente do Conselho que realizou a Abolição; e o diário de Sebastião Antônio de Acióli Lins, barão de Goiana (1829-1891). Ressalto que, dos dois objetos de estudo de Mello, nenhum foi publicado antes da década de 1920. O primeiro, com o título de “O barão de Goiana e a sua época genealógica”, saiu em 1922, na revista *Norte*, sendo reproduzido na *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAP)*, 1925-7, vol. 27) e reeditado numa coletânea intitulada *Minha meninice & outros ensaios*. O segundo, o diário de Goiana, foi publicado ainda mais tarde, só no final da década de 1970, na *RIAP* (1978, vol. 50, p. 153-344).

Como é possível perceber, as discussões em torno da carência de escritos autobiográficos até o fim do século XIX no Brasil tocam sempre em alguns pontos comuns, a saber: o papel da Igreja Católica como reguladora da expressão íntima; a falta, mesmo entre as elites do país, de alfabetização e a presença na sociedade brasileira de então da ideia, reforçada consideravelmente pelos dois primeiros fatores, de que não era adequado que o sujeito construísse por escrito sua própria imagem, o correto seria deixar que seus atos grandiosos impulsionassem outros a contarem sua vida, caso contrário corria o risco de passar por extremamente narcisista. É durante a primeira metade do século XX que a limitação imposta por tais fatores vai sendo gradualmente superada, seja por conta de mudanças históricas externas – como acontecerá com o papel da Igreja no Brasil e com o grau de alfabetização da população –, seja por mudanças ocorridas dentro dos meios intelectuais e literários. Será para alguns dos destacados agentes dessas últimas mudanças que me voltarei a seguir, buscando mostrar como algumas ações, a princípio bastante isoladas, tiveram papel fundamental na criação, difusão e aceitação das escritas de si no país.

A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E OS PARTIDÁRIOS DAS ESCRITAS DE SI

O início do século XX assistiu muito lentamente ao surgimento de um terreno mais fértil para as escritas de si, que passariam do estatuto de impraticáveis, com raras exceções semelhantes àquelas de que falei anteriormente, a possíveis, ainda que permanecessem vistas no mais das vezes como incômodas e desconcertantes.

MOREIRA, Daniel da Silva. Um breve panorama histórico e crítico da escrita autobiográfica no Brasil – Parte I: Momentos decisivos e figuras de destaque. *Scripta Uniandrade*, v. 17, n. 3 (2019), p. 223-251. Curitiba, Paraná, Brasil

Data de edição: 07 dez. 2019.

Em matéria de publicação de obras autobiográficas, a primeira metade do século XX – mesmo se se consideram todos os livros listados por Edson Nery da Fonseca – foi bastante modesta. É apenas nos anos de 1930 que começam a ser publicadas algumas obras de maior repercussão, como, por exemplo, as memórias de Humberto de Campos – escritor, jornalista e político bastante conhecido no início do século XX –, cujo primeiro volume (*Memórias, Primeira parte, 1886-1900, Tomo I*) saiu em 1933 e ao qual veio se somar, em 1935, um volume póstumo, *Memórias inacabadas*. Ainda nessa época é possível situar o projeto memorialístico de Medeiros e Albuquerque – ele também escritor, jornalista e político – cujas memórias foram editadas em dois volumes, *Minha vida, volume I* e *Minha vida, volume II*, editados em 1933 e 1934, aos quais ainda se seguiu o póstumo, *Quando eu era vivo... memórias, 1867 a 1934*, de 1942. Na década de 1940, pode-se destacar a publicação dos diários de Alice Dayrell Caldeira Brant, *Minha vida de menina* (1942, sob o pseudônimo de Helena Morley), de *Infância* (1945), de Graciliano Ramos, de *O galo branco* (1948), de Augusto Frederico Schmidt e de *Segredos da infância* (1949), de Augusto Meyer.

Esse período se caracteriza também pela intensa publicação de obras póstumas, o que de algum modo reforça o que venho discutindo, ou seja, de que ainda se está numa fase da produção autobiográfica em que o mais adequado seria que a iniciativa de publicação dos escritos fosse externa – de familiares ou herdeiros do autor falecido, por exemplo – para que ele não corresse o risco de ser tomado por narcisista ou exibicionista. Além das obras que citei há pouco – de Humberto de Campos, de Medeiros e Albuquerque e do Visconde de Taunay –, há que se falar também em Graça Aranha, com *O meu próprio romance*, obra de 1931. O livro de Graça Aranha foi escrito quando o autor, no início da década de 1930, já estava bastante debilitado por uma doença que não cessava de avançar. O autor delineia então um ambicioso projeto autobiográfico em 4 etapas, das quais não pôde concluir nem ao menos a primeira, deixada incompleta e publicada postumamente. Infelizmente, a narrativa de *O meu próprio romance* não alcança os anos que, no caso da vida de Graça Aranha, seriam os mais significativos, aqueles referentes à sua vida literária e cultural; o resultado é uma obra mais afeita às memórias de infância, mas que mesmo assim parecem preparar para a construção da imagem do autor como um grande libertário desde menino, imagem muito semelhante à que o autor buscou para si em sua atuação na sociedade, sobretudo em questões relacionadas à Semana de Arte Moderna de 1922. Outro livro digno de nota é *Canudos (diário de uma expedição)*, de Euclides da Cunha, escrito em 1897, mas publicado somente em 1939.

Essas obras, obviamente, não foram as únicas publicadas, mas uma pesquisa bastante rigorosa revela que, quando muito, pode-se situar 2 ou 3 livros autobiográficos por ano até o fim da década de 1940. Assim, muito mais relevantes

que a publicação de livros nesse período, foram alguns agentes que, ao que tudo indica, exerceram fundamental influência na produção e crescente valorização das escritas de si. Destaco, a título de exemplo, algumas ações de figuras de inegável influência cultural e que, acredito, tenham tido sua carga de responsabilidade numa mudança de atitude em relação às escritas de si.

Mário de Andrade, já desde os anos de 1920, vinha exercendo a escrita íntima das cartas como algo elaborado e, antes de tudo, destinado não unicamente ao seu interlocutor imediato, mas aos seus possíveis leitores e pesquisadores futuros. Logo, opera um desvio no gênero, tradicionalmente destinado ao uso privado. Mário não se limitava a escrever, exortava outros escritores a também o fazerem, conscientizando-os do valor da correspondência como um testemunho de geração e um exercício crítico. Exemplar dessa atitude é um trecho de uma carta sua a Drummond em que diz: “Homem que repele as memórias, que não quer saber das saudades, que despreza as consolações... Deve ser um homem seco” (ANDRADE, 1982, p. 111). Um ano após a morte de Mário, em 1945, Antonio Candido já profetizava: “A sua correspondência encherá volumes e será porventura o maior monumento do gênero, em língua portuguesa: terá devotos fervorosos e apenas ela permitirá uma vista completa de sua obra e do seu espírito” (CANDIDO *citado em* ANDRADE; BANDEIRA, 2000, p. 09).

A Segunda Grande Guerra Mundial ainda não havia terminado e, no Brasil, uma conhecida figura nos meios intelectuais já começara a se agitar com o intuito de colher os depoimentos daquela geração que assistira, em sua juventude, ao primeiro grande conflito mundial, “a geração que depois de 1918 ditou modas literárias ou artísticas, sociais ou políticas, a geração que fez a Semana de Arte Moderna, com as suas ramificações e desvios” (CAVALHEIRO, 1944, p. 07) e que agora poderia oferecer verdadeiras lições de vida àqueles jovens que passavam por um momento de incertezas. Essa figura era Edgard Cavalheiro que, entre 1941 e 1942, recolheu para *O Estado de São Paulo* o testemunho de cerca de 40 intelectuais brasileiros sobre seus credos pessoais, suas convicções e crenças a respeito da natureza do homem e do mundo. Cavalheiro, na carta que utilizava para solicitar o depoimento, ainda pedia ao intelectual que “dissesse ainda de onde vieram os princípios que o nortearam na carreira e na especialidade dentro da qual v. s. se tornou figura de primeira plana no panorama da intelectualidade brasileira” (CAVALHEIRO, 1944, p. 12). O resultado – publicado em livro, em 1944, com o título de *Testamento de uma geração* – foi um conjunto de 40 pequenas autobiografias intelectuais, de figuras como Tristão de Ataíde, Jorge de Lima, Oswald de Andrade, João Alphonsus, Afonso Arinos de Melo Franco, entre outros. Sem dúvida, tal iniciativa se constituiu como um importante passo para a valorização do registro da experiência, mas a adesão ao pedido de Cavalheiro não foi uma unanimidade, houve também personalidades como Monteiro Lobato, Manuel Bandeira, Cecília Meireles, Carlos Drummond de Andrade e Ribeiro

Couto que escreveram ao organizador dos “testamentos” alegando não poderem ou não desejarem contribuir com o relato de suas crenças e de suas trajetórias. O interessante é que, ao fim do volume de 1944, Edgard Cavalheiro dá lugar às escusas pela ausência daquelas vozes, reproduzindo boa parte do texto com que eles se dispensaram da tarefa a pretexto de dar explicações àqueles que não admitiam a abstenção de uma ou outra figura julgada como indispensável num projeto tão ambicioso. Se o argumento dado por Cavalheiro for tomado por legítimo, é caso de se pensar que há nesse momento uma forma um pouco diferente de a sociedade lidar com esse tipo de escrita, o texto autobiográfico tem seu *status* modificado, passando de indesejável a aceitável, desde que haja um fim que o justifique.

Será o mesmo Antonio Candido que havia antevisto a relevância da correspondência de Mário que, atuando numa via de mão-dupla, incentivando novos testemunhos, ou valorizando tais textos como objeto de estudo – como faria mais tarde com Drummond, Murilo e Nava¹² –, daria uma grande contribuição para uma mudança na imagem da escrita autobiográfica no país. Candido manteve sempre uma postura extremamente positiva em relação à produção de escritos de testemunho, parece ter sido de fundamental importância, por exemplo, sua declaração a Oswald de Andrade, estimulando-o a escrever suas memórias. Oswald registra no prefácio de sua autobiografia intelectual: “Antonio Candido diz que uma literatura só adquire maioridade com memórias, cartas e documentos pessoais e me fez jurar que tentarei escrever já este diário confessional” (ANDRADE, 2002, p. 36). Ainda que no contexto das memórias de Oswald a reprodução de tal afirmativa possa ser interpretada como uma escusa à iniciativa de escrever a obra, também é significativo o registro do tipo de influência que Candido buscava exercer junto à intelectualidade brasileira. Sua atividade como crítico seria fundamental para a inclusão de escritos pessoais no rol das obras dignas de estudo e leitura.

Nesse quadro de figuras partidárias das escritas do eu, Monteiro Lobato desempenha um papel bastante vacilante, hesitando entre a valorização e a crítica de escritos autobiográficos, num processo de constante reflexão sobre o gênero. A posição, ou as posições, de Lobato não podem ser desconsideradas, afinal o autor, usando estratégias editoriais até então nunca vistas no país, teve uma distribuição enorme de suas obras, conhecendo uma popularidade e uma divulgação de seus escritos maior que a que experimentara qualquer outro autor brasileiro até o momento e, assim sendo, suas opiniões foram mais amplamente divulgadas que a da maioria dos outros escritores até sua época.

Em um texto datado provavelmente de 1926, mas incluído pelo autor no volume *Ideias de Jeca Tatu* apenas em 1946 (Cf. LOBATO, 2008, p. 191, nota),

12 Cf. CANDIDO, Antonio. Poesia e Ficção na Autobiografia. In: *A Educação pela Noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987. P. 51-69.

Monteiro Lobato tece um discurso mais que elogioso sobre a escrita memorialística. O texto é uma crônica sobre o então recém-lançado livro de memórias do pintor Antônio Diogo da Silva Parreiras (1860-1937), *História de um pintor contada por ele mesmo*. Assim se inicia a crônica:

Antônio Parreiras acaba de publicar uma coisa que devia ser obrigatória por lei a todos quantos tivessem uma vida de relevo social, nas artes, na ciência, nas letras, na indústria: as suas memórias. A história é um processo contínuo do que se fez no passado, com o objetivo utilitário de nortear o futuro. Se fosse apenas um recreio, o cinema novelesco a superaria com vantagem. Só o que se fez ensina o que se deverá fazer para o diante. Memórias são depoimentos pessoais no intérmino processo, e valem por más testemunhas os que silenciam egoisticamente sobre o que fizeram ou viram fazer. O silêncio em tal caso corresponde a refugir ao cumprimento de um dever iniludível – contribuir cada qual com o que possa para que o amanhã seja, se não melhor, pelo menos mais esclarecido do que o ontem e o hoje. Os velhos povos europeus de cultura bem quilotada não desdenham deste depoimento pessoal, em regra póstumos, o que lhes permite maior independência de juízo. Todo mundo por lá publica memórias – de Napoleão ao seu criado de quarto Constant. Escrevem-nas de próprio punho, se podem, ou de punho alheio, em caso contrário. Entre nós não há esse hábito. Não deixam memória os nossos artistas, nem os nossos homens públicos. Raro um Barão de Drummond, em cujas memórias os nossos historiadores ou romancistas vão beber luzes esclarecedoras dos ocos escuros, das interrupções de corrente que supliciam os estudiosos que só têm à mão documentos oficiais. (LOBATO, 2008, p. 191-192)

As palavras iniciais dessa crônica, muito mais que introduzirem e encarecerem a importância das memórias de Parreiras, constituem-se como um verdadeiro discurso apologético do gênero. Nestas poucas linhas está presente uma concepção da escrita de memórias que pretende se estender além da opinião e do projeto pessoais, é antes um incentivo a que outros escrevam, um chamado a uma prática que deveria ser “obrigatória por lei”, tamanhas são a penetração e a importância para a sociedade dos testemunhos escritos de figuras de relevo. A escrita autobiográfica aparece aqui não como mero exercício egoísta e narcísico, mas como uma ferramenta fundamental da construção do processo histórico, de caráter nitidamente didático, pois “só o que se fez ensina o que se deverá fazer para o diante” e cada intelectual ou figura de destaque é chamado a prestar suas contas com a história e a dar sua contribuição para que o futuro seja melhor que o presente e o passado. O autor assume uma posição positiva, ainda que, talvez, demasiado idealista e que se estenda quase que exclusivamente a autobiografias exemplares, de grandes homens cujas vidas seriam

dignas de registro. Não falta no texto de Lobato uma comparação da situação brasileira com a situação dos países ditos desenvolvidos, ou de “cultura bem quilotada”, com relação à escrita de memórias: enquanto no Brasil as memórias não representam um hábito, nos países europeus a prática é de tal modo difundida que alcança desde as alturas de um Napoleão até a simplicidade de um Constant, seu empregado. Presente se faz também a visão da escrita autobiográfica como lugar privilegiado de acesso à verdade, aos “ocos escuros” e “interrupções de corrente”, atribuindo ao escrito o suposto caráter de revelação sobre a obra, de visão quase que furtiva do *atelier* do artista, capaz de conduzir ao total entendimento de seus procedimentos, intenções e efeitos. Esse tipo de leitura, que ainda iria ecoar por anos e anos na literatura brasileira, atrela quase que obrigatoriamente a leitura da obra autobiográfica a outro tipo de obra – seja ela poética, ficcional ou mesmo extraliterária –, negando a memórias, diários, autobiografias e afins o estatuto de obras literárias autônomas e dignas de interesse e leitura por suas próprias qualidades internas. Ainda que com esta última ressalva, insisto que a posição assumida pelo autor é algo novo, chegando mesmo a ser anterior ao prefácio de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, do qual falei anteriormente, e tendo com ele vários pontos de contato.

O lugar das escritas autobiográficas, na obra de Lobato, contudo, não permaneceria o mesmo por muito tempo. Em 1936, é editado um dos seus mais conhecidos livros para o público infantil, *Memórias da Emília*, no qual logo de início há uma intensa discussão entre as personagens sobre a natureza dos livros de memórias. Um dos diálogos iniciais da obra, entre Dona Benta e Emília, coloca em questão a prática de escrita de memórias, sobretudo a relação entre a memória e a verdade. Cito um trecho da referida conversa:

Tanto Emília falava em *Minhas Memórias* que uma vez Dona Benta perguntou:

– Mas, afinal de contas, bobinha, que é que você entende por memórias?

– Memórias são a história da vida da gente, com tudo o que acontece desde o dia do nascimento até o dia da morte.

– Nesse caso – caçou Dona Benta – uma pessoa só pode escrever memórias depois que morre...

– Espere – disse Emília. – O escrevedor de memórias vai escrevendo, até sentir que o dia da morte vem vindo. Então para; deixa o finalzinho sem acabar. Morre sossegado.

– E as suas memórias vão ser assim?

– Não, porque não pretendo morrer. Finjo que morro, só. As últimas palavras têm de ser estas: “E então morri...” com reticências. Mas é petá. Escrevo isso, pisco o olho e sumo atrás do armário para que Narizinho fique mesmo pensando que morri.

Será a única mentira das minhas memórias. Tudo mais verdade pura, da dura – ali, na batata, como diz Pedrinho.

Dona Benta sorriu.

– Verdade pura! Nada mais difícil do que a verdade, Emília.

– Bem sei – disse a boneca. – Bem sei que tudo na vida não passa de mentiras, e sei também que é nas memórias que os homens mentem mais. Quem escreve memórias arruma as coisas de jeito que o leitor fique fazendo uma alta ideia do escrevedor. Mas para isso ele não pode dizer a verdade, porque senão o leitor fica vendo que era um homem igual aos outros. Logo, tem de mentir com muita manha, para dar ideia de que está falando a verdade pura.

Dona Benta espantou-se de que uma simples bonequinha de pano andasse com ideias tão filosóficas.

– Acho graça nisso de você falar em verdade e mentira como se realmente soubesse o que é uma coisa e outra. (...)

– Pois eu sei! – gritou Emília. – Verdade é uma espécie de mentira bem pregada, das que ninguém desconfia. Só isso. (LOBATO, 1987, p. 11-12)

O autor coloca ironicamente na fala de sua personagem – e nesse ponto me valho das muitas leituras de Emília como uma espécie de *alter ego* de Lobato (Cf. GOMES, 2007) – a discussão do conceito sobre a escrita autobiográfica. Ao mesmo tempo em que desvela o papel da escrita autobiográfica como representação – colocando por terra a certeza de seus predecessores de dizerem a mais absoluta verdade – adiciona um fator de crítica aos possíveis exageros, que poderiam acabar tornando a obra do memorialista fruto de uma mentira mal-intencionada. Emília acredita que “é nas memórias que os homens mentem mais” e que tudo o que escrevem, “com muita manha”, é com o intuito de parecerem melhores do que realmente são. Não há na obra uma atitude de desprezo pela escrita do eu, o que está presente é muito mais a censura de exageros e excessos de que são passíveis quaisquer escritos, é um questionamento natural das práticas correntes de um gênero.

Eliane Zagury, em *A escrita do eu* desenvolve uma teoria interessante sobre o que Lobato escreve acerca das memórias. Baseando-se na listagem de Edson Nery da Fonseca, de 548 títulos, ela propõe que:

Até o ano de 1935, pudemos contar em sua listagem um total de 76 títulos. Embora o autor do trabalho misture formas literárias tão diversas quanto os diários de guerra e viagens, as reminiscências de adolescência boêmia ou os relatos da experiência profissional, podemos considerar que nessa época já existe, *in totum*, um *corpus* literário de base autobiográfica suficiente para a conformação posterior dos vários gêneros. (ZAGURY, 1982, p. 103)

De fato, até a década de 1930 já há um *corpus* considerável de obras autobiográficas, contudo, seria oportuno questionar a razão de a autora supervalorizar 76 obras – publicadas desde o século XIX até 1935 –, em face das 472 obras restantes, publicadas em apenas 30 anos – de 1935 até 1975. Chega-se mesmo a falar em “surto memorialista dos anos 30” (ZAGURY, 1982, p. 106), uma posição que talvez se explique pelo fato de que alguma das principais obras abordadas por seu livro – as memórias de Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque e Humberto de Campos – tenham sido publicadas entre 1931 e 1935, como ela mesma faz questão de informar. De acordo com Zagury, seria por conta desse conjunto de escritos autobiográficos já estabelecido até 1935 que se tornaria possível uma obra como as *Memórias da Emília*:

Ora, quer-me parecer sintomático que, com data final de redação em 10 de agosto de 1936, Monteiro Lobato publique *Memórias da Emília*. Para ser assunto que motivasse as crianças, cujos projetos e pensamentos se encaminham sempre muito mais para “quando eu crescer” que para as reminiscências do passado, é preciso que as memórias estivessem em moda, que o público passasse por um momento em que debruçar-se sobre a vida pretérita de certos homens de prestígio fosse um anseio e uma necessidade de consumo. Entretanto, *Memórias da Emília* é muito mais que um sintoma: é uma *paródia* do gênero. O que confirma o que vínhamos dizendo: a paródia só tem sentido se faz a caricatura do que é conhecido, se faz o fruidor *reconhecer* criticamente um objeto do seu domínio cotidiano. (ZAGURY, 1982, p. 103-104)

É bastante acertado esse comentário de Eliane Zagury, pois as *Memórias da Emília*, enquanto paródia do gênero memorialístico, cumprem bem seu papel ao levantarem inúmeras questões em torno da escrita de seus pares, ou seja, de outras memórias. Torna-se, assim, muito mais fácil entender as palavras ditas pela boneca e assimilar, como sugeri anteriormente, sua posição como parte de um processo crítico complexo e não como um mero exemplo de detração da escrita autobiográfica. Além disso, o comentário da autora tem outro rendimento, pois a partir dele pode-se pensar que em meados da década de 1930 já haveria no Brasil um clima de viva curiosidade sobre a escrita da vida, momento em que “as memórias estivessem em moda” e que para o público leitor “debruçar-se sobre a vida pretérita de certos homens de prestígio fosse um anseio e uma necessidade de consumo”. Esta constatação será muito útil mais adiante, ajudando a compreender o que ocorrerá nas décadas seguintes.

Zagury também ensaia confrontar a posição de Lobato nas *Memórias da Emília* com sua posição na crônica “Antônio Parreiras”:

Essa crônica é publicada em livro em 1919 – antes, portanto, do surto memorialista dos anos 30. O contraste entre uma apologia tão inflamada do gênero e uma crítica tão mordaz nos leva a pensar que houve uma desilusão imensa do autor com os depoimentos publicados mais tarde. Mas a paródia é sempre a contraface da apologia, porque ambas são formas de idealização partidária de um objeto: positiva ou negativa. (ZAGURY, 1982, p. 106)

Ora, não deixaria de ser uma constatação interessante a de que Monteiro Lobato teria mudado de opinião de uma publicação a outra, deixando seu entusiasmo no passado em razão de uma decepção. Seria, se para construir seu pensamento a autora não partisse de uma informação equivocada. Como pode-se observar em nota na página 191 da edição de 2008 de *Ideias de Jeca Tatu*, a crônica “Antônio Parreiras” foi escrita e publicada na imprensa muito provavelmente em 1926 (ano de publicação do livro de memórias de Parreiras), mas apenas foi incluída por Lobato em seu livro de 1919 em uma reedição de 1946, depois, portanto, da crítica feita nas *Memórias da Emília*. Ora, imagino que se o autor, em 1946, escolhe essa crônica para passar a ser parte de um livro de mais de 25 anos antes, não é exatamente levado pela desilusão de que fala a autora. Caso essa desilusão fosse algo tão patente, o natural seria que, ao preparar uma nova edição de um de seus livros, o autor excluísse o que não fosse de seu agrado, e não que acrescentasse o que nem estava lá antes. Sendo assim, creio que, mais do que trabalhar com conceitos contrários, como ilusão e desilusão, seria mais interessante trabalhar com a complexidade da relação entre Lobato e os escritos autobiográficos, que em grande medida vão reproduzir a relação de toda a sociedade brasileira com o gênero.

Se, como já disse anteriormente, Lobato não aceitou participar da coleta de “testamentos” empreendida por Edgard Cavalheiro, não o fez silenciosamente, enviou ao organizador dos testemunhos uma carta – bastante irônica, diga-se de passagem – em que explicava a razão de não contribuir, pelo menos por enquanto, com suas memórias e crenças pessoais. A carta, transcrita por Cavalheiro ao final de seu livro, se apresenta nos seguintes termos:

Prezadíssimo Edgard Cavalheiro:

O amigo fez-se *chartered accountant* e quer dar balanço na intelectualidade brasileira: para o ajudar nisso impõe-me dar “por escrito as minhas convicções e crenças pessoais a respeito da natureza do homem e do mundo em todas as suas manifestações morais e espirituais”.

Topo a parada e prometo em tempo hábil aparecer com os 6 tomos de 450 páginas cada um necessários à explanação do ponto.

Mas o meu ilustre amigo é exigente. Quer mais. Quer a “minha posição diante dos problemas que sempre preocuparam os homens de pensamento”, ou melhor, “a minha posição diante dos problemas religiosos (250 páginas), literários (300 págs.), artísticos (500 págs.), sociais (455) e “etc.” (549 págs.). Não faltarei à terrível fome informativa do amigo. Mas vejo que ainda quer mais! Quer minhas “convicções e esperanças” (360 págs.), e meus “receios e atitudes” (170 págs.); e um “sincero testamento espiritual” (3 págs.). Só? Ah! Não há “sós” com tão tremendo cavalheiro. Ele quer mais, sempre mais! Quer ainda a análise dos “princípios que nortearam minha carreira e especialidade” (260 págs.). E quer, ó Palas Atene, a “confissão dos meus momentos de fracasso” ou mais 1.200 páginas em corpo 6...

Não tenho aqui à mão uma máquina de somar que me tire a limpo o número total de páginas das memórias filosóficas que o amigo me impõe e, pois, não posso calcular o tempo exato que a realização da formidável obra me exigirá. Grosso modo, calculo-a em onze anos. Não posso, está claro, predeterminar data certa da entrega dos originais, mas será, mais ou menos, lá, por meados do ano de 1952, caso a Parca da tesoura não me corte o fio da vida antes disso, o que espero em Minerva e Apolo. Faço votos para que o meu grande amigo Edgard Cavalheiro ainda ande por este mundo, nessa época, e não haja mudado de ideias sobre o momentoso da empreitada; e também que esteja de ótima saúde e montado em excelentes corcéis. E subscrevo-me encantado com a empresa que me lança aos ombros e sinceramente decidido a levá-la por diante.

Amigo e admirador já exausto por antecipação,

Monteiro Lobato (CAVALHEIRO, 1944, p. 272-273)

O texto de Lobato vai muito além de simplesmente se escusar por sua não participação, pois coloca em questão a própria natureza do projeto de Cavalheiro. Lobato começa por colocar em cheque a posição assumida por Edgard Cavalheiro de “*chartered accountant*”, algo como “revisor oficial de contas”, ou seja, questiona a pretensão do autor de se fazer o recenseador oficial da cultura brasileira e tomar para si uma tarefa tão ambiciosa. E é para a excessiva ambição da proposta enviada aos autores que Lobato se volta, fazendo as contas de quantas páginas seriam necessárias para tratar a contento do que lhe foi encomendado, tarefa que estima jocosamente em onze anos de trabalho árduo e em quase sete mil páginas de memórias, algo absolutamente irrealizável. Fato é que Lobato nunca escreveu suas memórias, preferindo para si um lugar entre as “más testemunhas” que “silenciam egoisticamente sobre o que fizeram ou viram fazer”, para citar suas próprias palavras na crônica “Antônio Parreiras”. Creio que seja curioso observar também que, ainda que tal fato não guarde nenhuma relação direta com o que venho discutindo, seria o mesmo Edgard Cavalheiro quem, anos mais tarde e após a morte de Lobato, se

tornaria o seu biógrafo “oficial” com a publicação, em 1955, dos dois volumes de *Monteiro Lobato – Vida e Obra*.

Um ponto interessante que Edson Nery da Fonseca leva em consideração no já referido “A autobiografia no Brasil” – e creio que seja importante destacá-lo aqui, acrescentando a tudo que já disse sobre o autor – é a importância da figura de Gilberto Freyre para uma profunda modificação no estatuto do escrito autobiográfico nos meios culturais brasileiros e, ainda, seu papel como incentivador para que se escrevessem cada vez mais obras do gênero. Referindo-se às palavras de Freyre sobre a escassez de escritos autobiográficos no país, Fonseca escreve:

Mais de quarenta anos depois de escritas estas palavras, continuariam escassas as autobiografias de brasileiros? Parece que não e o próprio Gilberto Freyre é um dos responsáveis pela mudança, ao provocar as quase duas centenas de autobiografias que serviram de fonte principal à admirável obra de interpretação do 1900 brasileiro que é *Ordem e Progresso*. Aliás, antes mesmo de escrever esta obra, o autor já havia saudado com entusiasmo, em artigo de jornal, o aparecimento do diário que a mineira Alice Dayrell Caldeira Brant publicou em 1942, sob o pseudônimo de Helena Morley. Seu conhecido interesse pelo assunto fez com que se tornasse prefaciador – e mais recentemente até autor – de vários livros autobiográficos. (FONSECA, 1978, p. 127)

Esse é o cenário ideológico que guiou a escrita, publicação e leitura de diários, memórias e autobiografias na primeira metade do século XX e que iria, a partir de então, contribuir para uma mudança bastante significativa no trato com as escritas do eu no Brasil, sobretudo no que diz respeito ao volume de obras publicadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De ato deselegante, fortemente menosprezado, escrever sobre si consegue ascender ao estatuto de gesto natural e mesmo bem-vindo, mudança que ocorre a partir da ação da conjuntura de elementos e da ação de intelectuais, como mostrei em meu texto. Esse processo vai se traduzir, nos primeiros anos da década de 1950, naquilo que vou chamar, na segunda e última parte dessa pesquisa, a ser publicada posteriormente, de movimento de “autobiografização” da literatura brasileira em que a produção de testemunhos começa a ganhar corpo e importância. Contudo, se a partir dessa época o número de textos publicados é cada vez maior e seu espaço no mundo literário cada vez mais legítimo, isso não significou o fim absoluto da resistência ao gênero. Há antes uma premência social para que tais testemunhos existam, ao que os autores vão responder, muitas vezes, com uma grande dose de

má vontade, seja ela pretensa ou verdadeira. Ocorre que se vai entrar num estágio da produção autobiográfica em que, ainda que haja inúmeras obras sendo escritas, as barreiras do preconceito e das acusações de narcisismo não foram de todo rompidas, é preciso lidar com tais barreiras e, ainda assim, escrever. A década de 1960 virá com a difusão dos métodos de pesquisa da história oral e com o interesse pela vida dos ditos “cidadãos comuns”, permitindo a existência de vozes destoantes dos então já tradicionais autores de memórias, diários e autobiografias. Essa marcha segue até os tempos presentes, em que, e espero não simplificar em demasia, a situação seja bem mais favorável às escritas autobiográficas do que no princípio de seu surgimento no Brasil. Os autores não mostram tanta inibição em contar suas vidas e suas carreiras, muitos chegam a fazê-lo até precocemente, e o escrito autobiográfico parece ter alcançado o *status* de relevante para o conjunto da obra, muitas vezes uma chance de o próprio autor realizar e definir a crítica de sua produção. O público leitor também parece bem mais interessado nas escritas íntimas, reflexo de uma crescente valorização do “eu” e da esfera privada da vida. Tal atitude vai resultar numa grande profusão de escritos autobiográficos, não mais exclusivamente de figuras já reconhecidas, mas também de pessoas desconhecidas ou pessoas projetadas pela mídia. A crítica literária, por sua vez, aos poucos passa a enxergar o gênero, e a subserviência do texto autobiográfico ao texto ficcional ou poético cede cada vez mais lugar ao seu reconhecimento como texto literário digno de leitura e estudo autônomos. Espero que esta pesquisa, voltada para a compreensão da trajetória da escrita autobiográfica no Brasil, possa contribuir para fornecer instrumentos, ainda que iniciais, para se realizar leituras mais bem contextualizadas de obras autobiográficas brasileiras, permitindo que mais textos sejam lidos com seus pares e não mais como expressões artísticas isoladas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Campinas: Pontes, 2005.

ANDRADE, Mário de. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*, anotadas pelo destinatário. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ANDRADE, Mário de; BANDEIRA, Manuel. *Correspondência*. Org. Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: Edusp/IEB, 2000.

ANDRADE, Oswald. *Um homem sem profissão; Memórias e Confissões; Sob as ordens de mamãe*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MOREIRA, Daniel da Silva. Um breve panorama histórico e crítico da escrita autobiográfica no Brasil – Parte I: Momentos decisivos e figuras de destaque. *Scripta Uniandrade*, v. 17, n. 3 (2019), p. 223-251. Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 dez. 2019.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 42. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDIDO, Antonio. Poesia e Ficção na Autobiografia. In *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 51-69.

CAVALHEIRO, Edgard. *Testamento de uma geração*. Porto Alegre: Globo, 1944.

FONSECA, Edson Nery da. A autobiografia no Brasil. In: *Anais do III Encontro Inter-regional de Cientistas Sociais do Brasil*. Recife: MEC/IJNPS: 1978, p. 126-171.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. Introdução. In: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 2001.

GOMES, Eugênia Stela Ferreira. *Reinações de Lobato nas Memórias de Emília: memorialismo, intertextualidade, ironia*. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza-CE, 2007.

JAGUARIBE, Beatriz. Autobiografia e nação: Henry Adams e Joaquim Nabuco. In: GIUCCI, Guillermo; DAVI, Mauricio. (Org.). *Brasil-EUA: Antigas e Novas Perspectivas sobre sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1994, p. 109-142.

LEJEUNE, Philippe. Un siècle de résistance à l'autobiographie. In: *Pour l'autobiographie*. Paris: Seuil, 1998, p. 11-25.

LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *Memórias da Emília*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MELLO, Evaldo Cabral de. O fim das casas-grandes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 385-438.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata*. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – UnB, Brasília, 2004.

TAUNAY, Alfredo D'Escragolle. *Memórias*. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

ZAGURY, Eliane. *A escrita do eu*. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1982.

MOREIRA, Daniel da Silva. Um breve panorama histórico e crítico da escrita autobiográfica no Brasil – Parte I: Momentos decisivos e figuras de destaque. *Scripta Uniandrade*, v. 17, n. 3 (2019), p. 223-251. Curitiba, Paraná, Brasil
Data de edição: 07 dez. 2019.

DANIEL DA SILVA MOREIRA é Mestre em Letras: Estudos Literários (2011) pela UFJF, onde desenvolveu dissertação sobre a prática autobiográfica no Brasil, com ênfase no "Itinerário de Pasárgada", de Manuel Bandeira, e em "Um homem sem profissão; memórias e confissões; sob as ordens de mamãe", de Oswald de Andrade. É Doutor em Letras: Estudos Literários (2017), pela Universidade Federal de Juiz de Fora, onde desenvolveu a tese intitulada "Escritas de si e homossexualidade no Brasil: os diários de Lúcio Cardoso, Walmir Ayala e Harry Laus". É Pós-doutor pela Université de Paris 13 – Sorbonne Paris Cité (2018-2019), onde desenvolveu pesquisa de literatura comparada sobre a recepção do diário de André Gide na França e no Brasil. É Licenciado em Letras (Língua Portuguesa e literatura correspondente, 2007, e Língua Latina e literatura correspondente, 2010) pela UFJF.